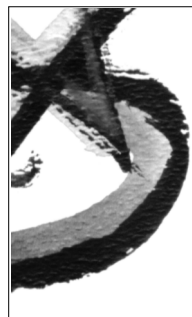


Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política

Matilde Ribeiro



*[...]quase todos pretos, ou quase pretos,
ou quase brancos quase pretos de tão pobres
e pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos.*

Caetano Veloso — “Haiti”

...Ela viu um anúncio da Cônsul para todas as mulheres do mundo.

Procurou, não se achou ali. Ela era nenhuma.

Tinha destino de preto.

Quis mudar de Brasil: ser modelo em Soweto.

Queria ser qualidade. Ficou naquele ou eu morro ou eu luto...

Elisa Lucinda — “Ashell, Ashell pra todo mundo, Ashell”.

São estes versos fragmentos de uma história sem fim. E que história é esta? Todos sabem, todos viram, mas a maioria se cala. Estas contundentes manifestações poéticas nos inspiram a uma viagem reavivando a memória do Brasil, desnudando suas mazelas de ocultamento das desigualdades.

Matilde Ribeiro

Assistente social, mestranda em psicologia social da PUC/SP. Coordenou o Programa Relações Sociais de Gênero do Instituto Cajamar (1995-96) e integrou a Secretaria de Combate ao Racismo do PT (1995-97). É assessora dos direitos da mulher da Prefeitura Municipal de Santo André.



Diante deste contexto, refletirei sobre aspectos da realidade brasileira no que diz respeito às desigualdades raciais e de gênero¹, assim como às dimensões do feminismo, da luta anti-racista e da participação política das mulheres negras.

O horizonte da questão racial

Num breve resgate do estudo de Eder Sader (1988) evidencia-se uma ampliação da reflexão sobre o exercício da democracia, considerando os novos personagens da cena histórica brasileira dos anos 80:

“[...] na emergência de novos atores sociais, das novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, no que parece o início de um outro período na história social de nosso país, nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo os elementos que compõem as condições de existência desses setores sociais”.

Um outro aspecto relevante que se destaca neste mesmo período está na formulação de Leila Barsted (1994):

“A partir de meados da década de 1980, com a redemocratização do país, o tema cidadania tem sido debatido não apenas como um acesso a direitos, mas como capacidade dos indivíduos de participar na organização do Estado e da sociedade, contribuindo na elaboração de políticas públicas capazes de concretizar os direitos formais”.

1. Não será aprofundada neste artigo a conceituação das relações raciais e de gênero, embora seja um exercício extremamente necessário. No entanto, cabe rapidamente apresentar alguns pontos de partida:

— *relações raciais*: encontraremos diversos caminhos para conceituar as diferenças entre os grupos raciais, desde as que reafirmam as diferenças biológicas até as que consideram outras variáveis também determinantes para a constituição das raças: cultura, meio ambiente, condições sociais, entre outras. Vale ressaltar, no entanto, que não existe raça apenas em termos biológicos;

— *relações de gênero*: homens e mulheres possuem diferenças biológicas, ligadas ao sexo. Estas diferenças biológicas, por meio de um processo social, passam a ser “naturalizadas” e hierarquizadas. O termo gênero refere-se à construção social de homens e mulheres que são educados e socializados de maneira distinta, gerando hierarquias, relações de poder, diferenças de posições que constituem desigualdades.

Os dois autores apontam as possibilidades de exercício da democracia, da emergência de novos sujeitos e práticas sociais. Estes são elementos de extrema importância para a conquista de direitos, cidadania e participação política. Nos levam ainda a reforçar a perspectiva já sabida pelos movimentos sociais e os sujeitos que os integram: a *história da sociedade não é imutável*.

As temáticas racismo e relações raciais, embora venham se tornando reconhecidas nas últimas décadas, são ainda tabu. Os processos organizativos dos movimentos sociais tiveram como tendência histórica colocar estas questões em sua agenda política sem o devido destaque; salvo situações em que os principais agentes — os negros em geral e as mulheres negras em particular — assumiram um papel vigilante de pressionar pela visibilidade de sua existência e de sua participação política. Porém, mesmo considerando o descompasso de interesses, é notório o avanço das questões raciais na cena política.

É interessante fazermos comparações entre a configuração do Brasil real demarcado pelo racismo e pelo machismo evidentes no cotidiano de homens, mulheres, brancos e negros; e o Brasil “apaziguado” e “democrático” catalogado por intermédio dos meios de comunicação, da história oficial e das instituições².

O Brasil é o país que, fora da África, concentra a maior população negra. No entanto, esta continua ocupando o mais baixo grau no que se refere às condições sociais. Quanto à mulher negra, Lélia Gonzales (1980) constata a conjugação entre o racismo e o machismo:

“[...] o racismo constitui uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Neste sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos de violência sobre a mulher negra”.

Esta é uma reprise de uma novela antiga, que começa com a escravidão negra e mantém-se até os dias atuais. Há décadas o

2. O vídeo *Retrato em Preto e Branco* — produzido pelo Centro de Estudos e Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), roteiro de Joelzito Araújo e Hélio Silva Jr. — retrata de forma didática e nítida a construção do racismo à moda brasileira, levando-nos a percorrer imagens impactantes do cotidiano de negros e brancos, assim como das possibilidades de reversão desta situação.

movimento negro — *homens e mulheres* — vem cumprindo um importante papel na denúncia e desmascaramento do racismo, explicitando a construção da desigualdade entre as raças, pois apesar da tentativa da sociedade de negar os resultados das raízes históricas da escravidão, os negros foram sistematicamente transformados em subcidadãos. Por meio de sua persistência organizativa ao longo da história, o movimento contagiou os setores democráticos e populares. Nos últimos anos, a luta anti-racista teve um visível crescimento.

O processo de comemoração do Tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares foi um fato marcante, como resultado da ação do movimento negro com o apoio de outros setores do movimento social (Central Única dos Trabalhadores — CUT; Partido dos Trabalhadores — PT; Central de Movimentos Populares — CMP; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST; entre outros). A Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, contou com mais de 20 mil pessoas de todo o país. O conjunto de atividades deste período destacou a temática racial no espaço público brasileiro, a mídia divulgou pesquisas, denúncias, reportagens e eventos, atestando o poder transformador da militância anti-racista. Esta foi a maior manifestação contra o racismo da história brasileira.

No documento “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”, entregue ao governo federal na ocasião da Marcha, expressa-se um rol de reivindicações e indicações que devem ser levadas a cabo pelo Estado enquanto políticas públicas, sendo estas referentes a: democratização de informações; mercado de trabalho; educação; cultura e comunicação; saúde; violência; religião; terra. O documento diagnostica e identifica a exclusão, genocídio e descaracterização da população negra enquanto cidadãos; constrói uma crítica sistemática à institucionalização do racismo e, neste sentido, ressalta a necessidade de coibi-lo: “Reflexo da crescente atuação do Movimento Negro, o Estado brasileiro tem sido pressionado no sentido de proibir as práticas racialmente discriminatórias e impedir que a lei corrobore ou incentive tais práticas”.

Em função desta movimentação e considerando os princípios consagrados em 1988 na Constituição, que reconhecem a pluralidade

racial, étnica e cultural do povo brasileiro e transformam a prática do racismo em crime, por meio de um decreto presidencial instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial. Este grupo tem a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra, porém suas ações mostram-se insuficientes. Questiona-se quais resultados efetivos, em termos de política de combate ao racismo, foram implementados.

Um amplo setor da militância negra e anti-racista, ao avaliar todo este processo, apesar de considerá-lo como uma vitória sem precedentes, reafirma a distância entre o discurso e a prática no que diz respeito a levar a termo uma ação de fato anti-racista. Um trecho da introdução do encarte “Faça a coisa certa!” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996) traduz esta avaliação:

“Os crescentes pronunciamentos de dirigentes políticos revelam a reengenharia do mito da democracia racial: a negação frontal do racismo é paulatinamente substituída por solenes declarações que reconhecem o problema mas não indagam o papel dos indivíduos, das instituições e do Estado na sua superação. A naturalização das desigualdades raciais é agora substituída pela naturalização do racismo, por meio de uma lógica esdrúxula que isenta a sociedade de responsabilidade e termina por culpabilizar o próprio negro pelos privilégios raciais, materiais e simbólicos da elite branca e masculina. Tudo se passa como se à sociedade restasse tão-somente conformar-se com as estatísticas e, ao povo negro, resignar-se diante da violência do cotidiano”.

Diante deste ir e vir do discurso e da prática é interessante pensarmos qual a base para a persistência de um comportamento social que se confirma como seletivo quanto ao acesso aos direitos humanos. Todos os argumentos e fatos não têm sido suficientes para dirimir a realidade de desigualdade e exclusão imposta à população negra.

Vejamos, então, breves explicações que nos dão pistas para irmos um pouco mais fundo em nossas indagações.

a) A neutralização do racismo tem bases históricas e sociais que definem lugares de brancos e negros, partindo do engendramento dos sujeitos a

partir de situações legitimadas socialmente, como a idéia e a prática da branquitude.

A construção deste raciocínio tem sido fomentada por um grupo de estudiosos ligados ao projeto A Força Psicológica do Legado do Branqueamento — Um estudo sobre a Negritude em São Paulo, desenvolvido pela Faculdade de Psicologia da USP, sob a coordenação da professora Iray Carone. Piza (1996) elabora questionamentos de como é onerada a presença do negro no Brasil como um fator de desequilíbrio racial e como depositários dos resultados causados pelo regime escravocrata; e, de que modo os processos sociais presentes nas relações de dominação afetaram a população de brancos brasileiros e como eles passaram a constituir suas identidades de brancos, na qual a marca mais visível é a neutralidade, tanto política como racial.

“Cada vez mais parecia óbvio que, se vivíamos numa sociedade ‘racializada’, as percepções raciais de negros e brancos eram diferentes em razão não apenas de suas posições estruturais, mas talvez, principalmente, dos processos de construção de uma identidade de dominador, fragmentada entre benefícios simbólicos sempre atuantes e benefícios concretos, nem sempre reais.”

Bento (1996), ao analisar as condições vividas pela população negra e pelas mulheres negras, define a secundarização em função da construção da brancura:

“O branco, a branca, a brancura, a branquitude, partes ativas na perpetuação da condição dramática de vida da população feminina negra brasileira, são esquecidos, secundarizados, senão preservados nos estudos e nas iniciativas institucionais anti-racistas no Brasil.”

Estas reflexões baseiam-se nos trabalhos de Ruth Frankenberg (1995), feminista branca, que estudou a maneira pela qual o racismo modela a vida de feministas brancas. A partir dessas referências podemos verificar que a construção da branquitude leva a uma omissão quanto às desigualdades construídas socialmente.

b) *A hierarquização entre as raças produz resultados desiguais no que se refere a tratamento e oportunidades. Estes resultados baseiam-se em rígidas estruturas de poder.*

O conceito e a prática do poder parecem não apresentar novidade no contexto de uma reflexão sobre participação política; no entanto, não são tão simples como parecem. As explicações sobre o significado da branquitude, assim como a existência de privilégios sociais e hierarquização entre as raças. Estes aspectos associados nos remetem a pensar nas relações de poder.

“Aos brancos a sociedade e a cultura têm conferido o poder de se designar ou não pela cor, de oprimir, de ignorar, de compartilhar, de invadir, de excluir, de construir o outro como diferente sobre bases ideológicas que vão alterando lentamente no tempo, mas cuja alteração não determina a renúncia branca ao poder de se supervalorizar e, simultaneamente, desvalorizar o outro.” (PIZA, 1996)

Doaré (1994), em um estudo especulativo procura oferecer uma explicação sobre a ausência das mulheres no poder político:

“O exercício do poder é um processo descontínuo [...] Parece-me que é preciso distinguir o poder político, que as mulheres não exercem, do poder ou poderes dos quais não se pode dizer que as mulheres sejam desprovidas (de um ponto de vista operacional, essa distinção pode ser importante, pois ela abre para uma multiplicidade de estratégias). Se interrogarmos o poder do ponto de vista do gênero, aparecem dois níveis, um definindo um espaço homogêneo caracterizado pelo funcionamento de relações de força entre iguais, entre semelhantes (recobre não apenas o Estado, mas também qualquer lugar de tomada de decisão na sociedade), e de um outro espaço que poderíamos chamar de social, marcado por relações de poder baseadas no exercício da dominação e da exploração, marcado portanto pela presença dos dois sexos, como de grupos heterogêneos”.

A idéia de exercício de poder, ainda que descontínuo, perpetua-se de maneira a definir lugares ocupados por mulheres e ho-

mens, brancos e negros, nas estruturas sociais, nos espaços de decisão política; e, acima de tudo na condição de serem ou não sujeitos de suas ações. Tudo isso remete-nos a questões apresentadas anteriormente, como democracia e cidadania — de quem? para quem? quando?

Os dois referenciais — branquitude e poder — coexistem como reafirmação da conjugação entre machismo e racismo e incidem sobre a vida da população negra. Para as mulheres negras resultam em barreiras para o seu cotidiano e desenvolvimento pleno.

Feministas e anti-racistas graças às deusas

As mulheres negras emergiram como sujeitos políticos desde a resistência aos marcantes períodos da escravidão. Sonia Giacomini (1988) aponta para a necessidade de uma visão crítica da história, sugerindo que não se pode fazer reduções como “ao trabalho forçado chamar de liberdade econômica, ao estupro institucionalizado chamar de sensualidade e liberdade sexual da negra e/ou mulata”.

Muitas críticas foram feitas pelas mulheres negras à sociedade e ao movimento social, em especial ao movimento feminista e negro (DOCUMENTO..., 1990; OLIVEIRA, 1995), quanto à invisibilidade de sua ação política. A contestação mais direta é sobre a forma secundarizada com que o caráter de sua opressão e organização foi tratado. Verificou-se, seja por meio do discurso ou da produção teórica, que as mulheres negras aparecem como “sujeitos implícitos”, dentre as/os demais participantes destes movimentos.

No movimento feminista as dificuldades de lidar com a diversidade existente entre as mulheres (por exemplo as diferenças: raciais, étnicas, condições sociais, orientação sexual, geração ou culturais) e mesmo de ter uma visão mais ampla dos processos organizativos, veio a reforçar a imagem da feminista como branca, de classe média, intelectualizada. Sendo assim, as questões raciais e étnicas são vistas como responsabilidade das mulheres negras (AZEREDO, 1994).

No Brasil, ao longo das últimas décadas, foram realizados 12 Encontros Nacionais Feministas (ENF)³. Têm ocorrido mudanças quanto às participantes destes eventos levando a uma interferência mais efetiva das mulheres dos movimentos sindical, popular e negro. Há controvérsias quanto ao crescimento e surgimento de novas atrizes sociais, pois isto recoloca o debate entre ser ou não ser feminista, dos efeitos da popularização do feminismo e mesmo da incorporação das temáticas raciais e étnicas. (BORBA *et alii*, 1994)

Esta mudança tem ocorrido também na América Latina. Segundo Sônia Alvarez (1994)

“muitas mulheres militantes e feministas insistem hoje em que se tem que organizar em torno de questões de classe e raça, na medida em que estas norteiam o modo como se manifesta a opressão de gênero nas vidas das mulheres das diversas classes e grupos étnicos/raciais”.

Constata-se ainda que os

“debates ideológicos estratégicos dos feminismos latino-americanos contemporâneos têm girado em torno de dois eixos centrais: a relação entre feminismo e a luta revolucionária por justiça, e a relação entre o que era um feminismo predominantemente de classe média e os crescentes movimentos de mulheres de base popular”.

No movimento negro partiu-se da generalização entre os sexos. Assim sendo, as mulheres negras durante longos anos não se destacavam como interlocutoras políticas da mesma forma que os homens. As mulheres negras sempre estiveram presentes neste movimento, porém suas questões específicas foram secundarizadas.

Chama atenção um depoimento do senhor Henrique Cunha, que pertenceu à Frente Negra Brasileira (FNB), nos anos 30/40. Ao ser homenageado no seminário Gênero, Raça e Cidadania, promovido

3. O 12º Encontro Nacional Feminista — Gênero com Diversidade no País da Exclusão — realizado em Salvador (BA), de 28/10 a 01/11 de 1997, acentuou ainda mais o crescimento da presença das mulheres negras. Participaram neste evento 700 mulheres de todo o país, dentre estas uma grande parcela de negras. Na coordenação, assumida por algumas entidades da Bahia, destacou-se o Fórum Estadual de Mulheres Negras.

pelo Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero/ USP, em 1994, fez um caloroso discurso comparando a organização das mulheres negras na FNB com o processo atual:

“É muito emocionante estar diante de tantas mulheres combativas e participantes politicamente, pois, na FNB, enquanto os homens comandavam a política as mulheres faziam comida e cuidavam de crianças. Sua atividade pública era organizar o Baile das Rosas Negras”.

Diante desta constatação de mudança foram feitas reflexões sobre a relação entre machismo e racismo.

Sem dúvida esta situação alterou-se muito ao longo da história, devido às mulheres negras terem assumido posturas mais propositivas. Percebe-se que no jogo de poder existente no movimento negro, não muito diferente de outros, a participação das mulheres com evidência é “negociada” a partir de interesses e força política das mesmas. O que contribui para a quebra da lógica de que as lideranças são “naturalmente” masculinas.

As mulheres negras, conscientes da importância de seu papel na história, buscaram desmascarar situações de conflito e exclusão. Uma ilustração interessante para esta busca é o título de um livro norte-americano: *Todas as mulheres são brancas, todos os negros são homens, mas muitas de nós somos valentes* (SMITH e SCOTT, 1982).

No que diz respeito à movimentação das mulheres negras, muitos foram os formatos. Porém, nas últimas décadas, quando se expressam como um setor organizado em âmbito nacional, parte-se da necessidade de olhar as diferentes formas da experiência de ser: negra, mulher, pertencente a uma classe social. Segundo Luiza Bairros (1995) estas considerações tornam

“supérfluas as discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras — luta contra o sexismo ou racismo? —, já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra”.

Com estas reflexões, as mulheres negras não só contribuíram para a conquista de maior visibilidade como sujeitos políticos, perante os movimentos sociais (em especial o feminista e o negro) e a sociedade, como trilharam um caminho próprio por meio da construção do movimento autônomo.

No Brasil, desde 1988 — ano de realização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN)⁴ —, estruturaram-se grupos e entidades de mulheres negras e Fóruns Estaduais de Mulheres Negras em quase todo o país. Em 1997, parte-se para a organização do 3º ENMN, que deverá ocorrer até o ano 2000, com a perspectiva de sistematizar as ações, a partir da experiência acumulada, visando o próximo milênio.

A partir do acúmulo dos debates, as mulheres negras definiram a forma de sua organização:

“O movimento vem se constituindo a partir do cruzamento das questões de gênero, raça e classe social. Deve ser autônomo, independente, composto por mulheres de diferentes setores (por exemplo, originárias de movimentos como negro, sindical, popular, partidário). Deve estar articulado prioritariamente com o movimento negro e feminista, na medida em que estes incorporem e apoiem a luta de mulheres negras, mantendo sua especificidade” (1º SEMINÁRIO NACIONAL..., 1993).

4. Cronologia e dados das atividades nacionais:

- 1988 — 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras - Valença/RJ
(450 participantes, 17 Estados)
- 1991 — 2º Encontro Nacional de Mulheres Negras - Salvador/BA
(430 participantes, 17 Estados)
- 1993 — 1º Seminário Nacional de Mulheres Negras - Atibaia/SP
(48 participantes, 9 Estados)
- 1994 — Seminário Nacional Políticas Públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras Itapetecica da Serra/SP (55 participantes, 14 Estados)
- 1994 — 2º Seminário Nacional de Mulheres Negras - Salvador/BA
(67 participantes, 12 Estados)
- 1997 — Reunião Nacional de Mulheres Negras - Campinas/SP
(58 participantes, 13 Estados)
- 1997 — Reunião Nacional de Mulheres Negras - Belo Horizonte/MG
(69 participantes, 11 Estados)

Com esta perspectiva, as mulheres negras tiveram destacado papel no processo da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher — realizada em Pequim em 1995 —, quando foram colhidos os frutos dos trabalhos realizados nos últimos anos (RIBEIRO, 1995). Esta intervenção possibilitou ampliar a discussão sobre a questão racial e étnica em âmbito mundial. Segundo declaração de feministas brasileiras (CORRÊA, 1996), “se quiséssemos resumir a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher em uma palavra, ela seria vitória; as mulheres organizadas no mundo todo driblaram as dificuldades colocadas pela censura do governo chinês, a ineficiência do secretariado e a omissão da ONU”. Para além da plataforma de ação, a Conferência produziu a Declaração de Pequim, um documento que diagnostica e prevê medidas de alteração das condições das mulheres, reafirmando compromissos em prol de seus direitos humanos.

O uso dos termos raça e etnia gerou longa e dura controvérsia, na qual o Brasil e os Estados Unidos se manifestaram a favor da menção explícita de ambos para fins de dados estatísticos que pudessem gerar documentação sobre a injustiça social que se abate sobre a população não-branca, discriminada pelo racismo. A delegação oficial brasileira teve um importante papel para impulsionar um esforço de *lobby* junto à União Européia e aos países africanos, para a garantia da incorporação destes termos no documento da ONU. Esta vitória possibilitou acordos entre as mulheres de várias regiões, entre feministas brancas e negras, entre o movimento feminista e representações diplomáticas dos países. Segundo Nilza Silva (1995), a 4ª Conferência da ONU demonstrou a possibilidade de diálogo e solidariedade entre as mulheres que vivem diferentes situações sociais e raciais.

Ao retomar este processo não podemos considerar os fatos a partir da somatória ou linearidade, devemos reafirmar o acúmulo de muitas formulações e diálogos. As mulheres negras buscam interlocução entre si e com a sociedade. Sabemos o quanto é difícil a mobilização e manutenção das estruturas locais e das estruturas nacionais e internacionais. Ressalte-se, no entanto, a importância das entidades, redes, fóruns específicos e da relação continuada com os demais movimentos.

Diálogos com o Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores vem constituindo-se como campo possível de atuação conjunta entre os diversos setores da sociedade, fazendo jus a suas linhas programáticas e prática política. Embora haja distâncias entre a elaboração e a concretização das ações, no que diz respeito à questão racial, podemos verificar em um balanço recente (300 ANOS..., 1996):

“Em que pese o PT ter surgido simultaneamente à retomada do movimento negro organizado, a discussão da questão racial no interior do partido não alcançou a dimensão necessária. O PT, na sua gênese, aparece refletindo o setor sindical, secundarizando ou omitindo outros aspectos estratégicos para a compreensão da realidade brasileira, não incorporando a dimensão racial como fundamental para a construção do projeto político de transformação da realidade do país”.

Com alguma similaridade verifica-se também as dificuldades para incorporação das questões de gênero⁵, embora, como já citado anteriormente, com menos barreiras do que as raciais.

Uma das críticas apresentadas ao PT relaciona-se ao fato de referir-se aos negros e mulheres pautando-se pelo conceito de minorias. Esta marca não condiz com a realidade, pois as mulheres somam 51% e os negros 44% da população brasileira. Por outro lado, se são minorias políticas isto não é um processo “natural” e, por conseqüência, deve ser objeto de ação partidária e política. Ao reafirmar o legado de minoria, “acaba omitindo uma leitura mais crítica das relações raciais e o nosso partido, ao incorporá-lo no contexto histórico do pensar e agir na realidade brasileira, buscou atualizar o enfoque sobre a questão racial na forma sem mexer no conteúdo” (300 ANOS..., 1996).

5. Reflexões quanto ao desenvolvimento das políticas voltadas às mulheres e relações de gênero constam desta mesma publicação e também em materiais elaborados pelas Secretarias de Mulheres do PT em âmbito nacional, estadual e municipal.

Neste sentido, é fundamental a reorientação do debate e da ação partidária, instrumentalizando e municinando a militância para a mobilização e a construção de políticas globais que levem em conta a questão racial e de gênero.

Os negros e negras organizaram-se ao longo dos anos buscando contribuir para a reversão das desigualdades raciais. Assim sendo, alguns resultados podem hoje ser objeto de reflexão, tendo como exemplo alguns eixos de atuação:

Estruturação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo — SNCR
O 3º Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas, realizado em Belo Horizonte em junho de 1995, encaminhou ao 10º Encontro Nacional do partido a proposta de criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR), cuja aprovação consta da Carta de Guarapari, documento que sela o compromisso da estruturação deste organismo. Antes da existência da SNCR várias iniciativas ocorreram em âmbito estadual e municipal — comissões e/ou grupos de trabalho. Porém, os trabalhos foram descontínuos e incidiram pouco na definição da “cara” do PT. O acúmulo dessas várias iniciativas contribuiu para o formato da organização atual.

Os objetivos estratégicos da SNCR são: elaborar políticas públicas a serem implementadas nas administrações petistas; elaborar propostas para ações nos legislativos; contribuir na formação política dos filiados e militantes; ocupar as direções em todos os níveis; indicar candidatos negros para eleições aos diversos cargos de representação. É importante registrar que a SNCR estruturou-se garantindo a presença de mulheres e homens. No primeiro mandato (1995-97) possuía nove integrantes — cinco homens e quatro mulheres, no segundo (1997-99) possui seis homens e três mulheres.

Ao longo de três anos de existência a SNCR encaminhou diversas intervenções, entre elas a participação na Marcha à Brasília e na Campanha pelo Voto Racial — Faça a Coisa Certa. O alcance da SNCR tem sido pequeno, tanto dentro como fora do partido, porém, é um órgão estratégico no encaminhamento das ações partidárias e globais. A efetiva implementação dos objetivos só será possível mediante a constituição de espaços que incorporem a militância

negra em torno de alguns acordos e objetivos comuns, e que integre de fato as estruturas de poder do partido.

Ação na administração pública

Nas administrações petistas desde 1989 têm ocorrido experiências de estruturação de organismos voltados à questão racial. Foram desenvolvidos programas de educação para a igualdade; apoio à luta contra o racismo; atendimento a queixas de discriminação e violência racial; e introdução do quesito cor nos formulários de saúde. Destacam-se os governos de Luiza Erundina em São Paulo (1989-92) e Patrus Ananias em Belo Horizonte (1993-96). Experiências do mesmo tipo são desenvolvidas nos governos atuais, a exemplo de Porto Alegre, que possui a Assessoria sobre a Questão Racial, ligada à Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania.

Estes trabalhos, apesar de exemplares, têm sido pouco eficazes. Existem emperramentos para a concretização das propostas devido à descontinuidade, dentro dos próprios exercícios das administrações públicas e também em relação às mudanças de governo. Uma outra dificuldade encontra-se no isolamento dos organismos específicos diante das ações globais do governo.

Embora tenhamos poucos registros de avaliações e balanços desses processos, verifica-se que o “modo petista de governar” necessita ser reciclado. Assim, é necessária não apenas uma avaliação, mas também a elaboração de novas diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às mulheres e aos negros.

Formação política

No campo da formação política, em âmbito partidário e sindical, mesmo tratando-se de projetos alternativos para a sociedade brasileira, expressou-se durante muito tempo a dicotomia entre o geral e o específico, privilegiando-se as análises economicistas. É recente a inclusão de reflexões a partir das desigualdades de raça e gênero.

Neste sentido, uma das prioridades da SNCR foi o desenvolvimento de ações voltadas à formação política em âmbito nacional. Buscou-se a parceria com outras secretarias do PT — Formação Política, Mulheres, Assuntos Institucionais, Juventude; assim como

com outras instituições⁶, em especial o Instituto Cajamar (INCA), o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e a Comissão Nacional Anti-Racista da CUT. No período de 1996 a 1998 foram realizados três seminários nacionais: o Seminário Gênero, Raça e Trabalho, de 25 a 28 de julho de 1996 (a SNCR integrou a realização desta atividade em conjunto com o Coletivo de Gênero do Instituto Cajamar); o Seminário Nacional sobre Relações Raciais e Políticas Públicas, de 9 a 11 de maio de 1997; e o Seminário Nacional da Juventude Negra Petista, de 23 a 25 de janeiro de 1998.

Estas atividades contribuíram para a construção de alianças com outras instituições e para o enriquecimento dos debates. Possibilitaram abordagens de dimensões pouco trabalhadas conjuntamente, explicitaram alguns elementos comuns e diferentes entre as temáticas gênero, raça e classe social no campo das políticas públicas. Promoveram reflexões sobre ações afirmativas para mulheres e negros, e a informação sobre a aplicabilidade destas nas diferentes esferas da sociedade (empresas, Estado, movimentos sociais, entre outros). Estimularam, ainda, a participação de jovens enquanto agentes políticos.

Ampliando os referenciais

Na perspectiva de aprofundar a reflexão sobre os nós críticos da trajetória da questão racial no interior do partido devemos considerar ainda outros elementos, como: a presença dos negros no parlamento, a inclusão da questão racial nos processos eleitorais e pro-

6. Os programas de formação destas instituições integram as dimensões de gênero, raça e classe social:

INCA — desenvolveu em 1990 o curso Concepção e Prática do Movimento Negro; depois, por meio do programa Relações de Gênero, buscou aprofundar o conhecimento sobre a interlocução das temáticas acima, mediante seminários específicos e de inclusão da temática no conjunto das atividades.

CEERT — por meio do Programa de Formação Sindical, chamou a atenção para a importância da luta pela implementação da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Assessora o movimento sindical e outras instituições do mundo do trabalho.

Comissão Nacional Anti-Racista da CUT — contribui para o aprofundamento da questão racial no mundo do trabalho, estimulando a CUT e os sindicatos a implementar resoluções e ações que alterem a realidade do trabalhador e da trabalhadora negros.

gramas de governo. A questão a ser elaborada é: qual a consequência desta participação quanto a absorção da questão racial como elemento estruturante das desigualdades sociais?

E o que a mulher negra tem a ver com tudo isto? É óbvio que dado o processo organizativo nas últimas décadas, estas reafirmaram-se também como agentes políticas no interior do partido. Considerando-se que a relação entre machismo e racismo também faz parte das relações partidárias, é importante que haja um olhar mais atento aos interesses e necessidades específicos das mulheres negras.

Uma das formas de tratamento deste mosaico de questões é a garantia de uma maior aproximação — como via de “mão múltipla”, entre a produção e a formulação do Partido dos Trabalhadores, do movimento negro, do movimento de mulheres negras, do movimento feminista, entre outros.

Considerando este conjunto de reflexões e a intensificação das ações poderemos reverter os legados da idéia e da prática da branquitude e do poder, no sentido de potencializar a participação dos negros e negras enquanto sujeitos políticos.

Realidade dura, utopia contínua

São muitos os conflitos e embates travados pelas mulheres negras junto aos movimentos sociais, tendo como eixo central um basta à invisibilidade. Todo este processo leva à quebra de mitos como o de que feminismo é coisa de mulher branca; questão racial é coisa de negro; e de que política é coisa de homem branco. Estas marcas, presentes no imaginário social, não fazem nenhum sentido quando nos debruçamos profundamente sobre a análise dos processos políticos.

Os desafios advindos dos processos da crise econômica e política provocaram mudanças — de posturas e de conteúdos — no interior dos movimentos sociais. Todos os setores organizados têm sido chamados a dar respostas mais unificadas em busca da garantia dos direitos sociais. Impõe-se a necessidade de uma estreita relação da sociedade com o Estado visando o encaminhamento de uma ampla

agenda: o enfrentamento da diversidade, a construção da igualdade de tratamento e oportunidades, o respeito aos direitos humanos.

A perspectiva é de contribuir para a alteração da realidade de exclusão, realimentando a utopia de uma sociedade onde caibamos todas e todos. As mulheres negras, como antigas personagens no cenário político brasileiro, têm sido, de fato, propositivas na construção de novas cenas.

Bibliografia

- 1º SEMINÁRIO Nacional de Mulheres Negras. 1993. Relatório Narrativo e Financeiro, São Paulo, Comissão Organizadora.
- 300 ANOS de Zumbi e Perspectivas 96. 1996. *Revista Grupo de Trabalho Eleições 96*, São Paulo, Partido dos Trabalhadores, 4º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT.
- ALVAREZ, Sônia *et alii*. 1994. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol. 2, nº 2.
- AZEREDO, Sandra. 1994. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, tomo 5, número especial, 2º sem., p. 203/16.
- BAIROS, Luiza. 1995. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol. 3, nº 2, p. 458/63.
- BARSTED, Leila Linhares. 1994. Em busca do tempo perdido. Mulher e políticas públicas no Brasil — 1983-1993. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, tomo 5, número especial, 2º sem.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. 1996. Mulheres negras e branquitude. Faça a coisa certa! *Teoria&Debate*, nº 31, encarte especial, São Paulo, Secretaria Nacional de Combate ao Racismo/Partido dos Trabalhadores, DR/SP.
- BORBA, Ângela *et alii*. 1994. Feminismo no Brasil hoje. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol. 2, nº 2.
- CORRÊA, Sônia *et alii*. 1996. Vitória sobre a incompetência. *Boletim Viver Diferentemente — Beijing'95*, número de balanço, Rio de Janeiro, IBASE.

- DOARÉ, Hélène Le. 1994. Do poder político e poético. Esquema de um raciocínio. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, tomo 5, número especial, 2º sem., p. 65-75.
- DOCUMENTO elaborado pelas mulheres negras no 4º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. 1990. San Bernardo/Argentina.
- FRANKENBERG, Ruth. 1995. *White women, race matters: the social construction of whiteness*. Minneapolis University of Minnesota Press.
- GIACOMINI, Sonia Maria. 1988. *Mulher e escrava*. Petrópolis, Vozes.
- GONZALES, Lélia. 1980. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Rio de Janeiro. Mimeogr.
- OLIVEIRA, Fátima. 1995. A mulher negra na década: a busca da autonomia. *Caderno Geledés*, São Paulo, nº 5.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Regional/SP. 1996. Faça a coisa certa! O combate ao racismo em movimento. *Teoria&Debate*, nº 31, encarte especial, São Paulo, Secretaria Nacional de Combate ao Racismo.
- PIZA, Edith. 1996. *Branquitude: base para um conceito de poder*. Trabalho apresentado na Reunião Anual da ABRAPSO, 3 a 6 de julho, PUC/SP. Reunião Anual e Mesa sobre Relações Raciais, NEIMB/USP, 5/7/96.
- RIBEIRO, Matilde. 1995. Mulheres Negras de Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol. 3, nº 2, p. 446/57.
- SADER, Eder. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo — 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SILVA, Nilza Iraci. 1995. *Boletim Fêmea*, CFEMEA, Brasília, nº 32.
- SMITH, B. Hullg e SCOTT, P. B. 1982. *All the women are white. All the blacks are men, but some of us are brave*. University City of New York, Feminist Press.

